

ESCOLAS PERNAMBUCANAS: REFLEXÕES SOBRE AS DIVERSIDADES SEXUAIS E DE GÊNEROS

Lilian Carla da Silva Freitas
Universidade Federal Rural de Pernambuco
lilian.carlasf@gmail.com

Resumo:

Nos moldes que se apresenta atualmente no Brasil, a escola é uma instituição que emergiu da modernidade com a finalidade de produzir sujeitos e identidades, construir subjetividades e definir lugares para esses sujeitos. Ao contrário de outras instituições modernas, a escola ainda usufrui de prestigio social, porém apresenta instabilidades próprias da adequação com as mais variadas demandas sociais.

Seja na versão iluminista, seja na versão romântica, a escola foi criada para desenvolver no indivíduo as suas potencialidades racionais e torná-lo dono de si e do mundo. Contudo essa instituição foi idealizada para conduzir apenas o cidadão burguês a buscar a sua melhor forma. Assim, a escola deveria transformar as crianças em indivíduos dispostos a dominar racionalmente o mundo e amar a sua pátria.

O Estado passou a interferir cada vez mais na vida doméstica e tomar para si muitas das responsabilidades que antes era da família no processo de educação dos filhos. Porém com a complexidade e massificação da sociedade, a escola não consegue mais atender as tarefas outrora assumidas. Para Durval (2008, p.4):

> A chamada crise da escola pública se dá, justamente, no momento em que os filhos das camadas populares adquirem o direito e as condições mínimas de nela ingressar. Elitista em sua formação, pensada para a formação das elites dirigentes, embora desde o começo o discurso se destine ao povo, a escola se vê inviabilizada quando grupos sociais com valores, comportamentos, hábitos, costumes os mais variados vêm aí se encontrar. A cultura escolar, uma cultura marcada por valores burgueses, por valores de classe média, se vê confrontada com alunos que têm comportamentos, valores, costumes, formas de ser, cada vez mais difíceis de conviver pacificamente. Os conflitos entre pessoas com concepções sobre o mundo bastante diversas, com experiências de vida bastante diversificadas, se tornam inevitáveis.

No Brasil, a formação da cultura escolar tomou rumos semelhantes senão mais acentuados. A sociedade brasileira já deu seus primeiros passos com bases hierárquicas e excludentes onde a educação era privilegio. Havia recortes de classe, gênero e etnia para poder frequentar as escassas escolas. Assim como na Europa, a escola serviria para formar uma elite constituída por homens brancos e filhos da aristocracia.

Somente no início do século XX as escolas brasileiras começaram a receber estudantes de vivencias sociais, culturais e étnicas diferentes daquela contemplada inicialmente. Pobres, mulheres, negros e demais populações reivindicaram direitos, entre eles, o direito a educação. Contudo, devido a essa carga histórica, a escola brasileira ainda não é capaz de promover a educação voltada para o diálogo com o diverso.

As lutas feministas foram o cerne das movimentações por obtenção de direitos das camadas menos privilegiadas da sociedade, tanto dentro como fora do Brasil. No entanto esse movimento começou com questionamentos pontuais, que sequer colocavam em discussão os privilégios masculinos. O feminismo pela busca do sufrágio deu tom as discussões das primeiras décadas do século XX. O direito à educação não era, ainda, um campo explorado por estudiosos/as ou militantes desse movimento, que tinha pela frente questões consideradas mais urgentes, relativas ao trabalho feminino, a vida reprodutiva e a violência doméstica atreladas a busca pela democracia nos anos finais da década de 1960 no Brasil. (PINTO, 2003)

O cenário pós ditadura militar proporcionou a ampliação do leque temático desse movimento associado a grupos LGBT que emergiam dessa conjuntura. Assim procuraram institucionalizar sua vertente militante através de ONGS, atuar no propósito de formar parcerias com o Estado e denunciar a exclusão de suas representações no espaço acadêmico e nos programas curriculares das escolas. A inquietude desse grupos seguiu uma tendência que já se expressava em algumas universidades americanas, onde foram criados departamentos de Estudos da Mulher, Estudo de Gênero e Estudos Gays e Lésbicos como forma de resistência ao machismo, sexismo e a homofobia.

Mesmo apresentando consideráveis transformações foi apenas na década de 1990 que houveram efetivos diálogos entre a educação e as diversidades sexuais e de gênero no Brasil. Por vários anos esse debate esteve associado apenas a Psicologia, a Sociologia e a Crítica Literária. Para Nilson Fernandes Dinis (2008), a mudança de perspectiva veio, principalmente, com o desenvolvimento dos trabalhos da historiadora Guacira Lopes Louro,

que colocou luz sobre a ausência das diversidades sexuais e de gênero na história da educação brasileira.

Baseando seus recursos metodológicos em uma perspectiva pós-estruturalista, Louro debate os temas a partir de uma visão culturalista no seu livro "Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista", de 1997. Apoiadas/os nas teorizações de Michel Foucault e após o pioneirismo de Louro no Brasil, estudiosos/as da área da educação começaram a romper com o paradigma essencialista predominante nos debates, avançando para uma perspectiva sociocultural da temática.

A sexualidade sempre foi motivo de interesse, curiosidade e desejo durante a história da humanidade, porém de acordo com Louro (2004) foram nos últimos dois séculos que ela passou a ser analisada por cientistas, religiosos, antropólogos, psicólogos e educadores. Ao ser explorada, a sexualidade foi enquadrada em normatizações que designam uma suposta continuidade entre o sexo, o gênero e a orientação sexual alicerçada pela reprodução, consequentemente dentro de uma "natureza" heterossexual. Esse discurso então é reafirmado pela ciência juntamente com tradicionais instituições, como o estado e a igreja. Porém, por ser uma criação sociocultural, indivíduos que não se adequam a esses "pré moldes" binários de vivencia sexual e de gênero são uma ameaça à ordem. Assim, mecanismos de reprodução dessa suposta norma foram sendo ajustados para enquadrar esses indivíduos e fazê-los retornar a ordem preestabelecida. A escola é um desses instrumentos.

Por meio de discursos e práticas a escola ao lado da família, da mídia e de uma gama de instancias culturais reafirmam as normas regulamentadoras da sexualidade e do gênero. Porém os corpos que subvertem essa ordem – essencialmente cultural – estão cada vez mais indicando as falhas nesse sistema.

A escola por seu histórico de não conseguir ocupar-se das "novas" questões e sob a pressão de manter as normas de "moralidade" amplamente defendidas em diversos campos conservadores da sociedade, tem encontrado no silenciamento, na omissão e na maioria das vezes na discriminação as únicas formas de lidar com estudantes que apresentam orientação sexual e de gênero diversa.

Para autores como Larrosa (1994) e Tomaz Tadeu (1993), existe ainda no Brasil mecanismos herdados de percepções cristalizadas de se pensar a identidade. E esse fato recai também sobre a educação – os parâmetros curriculares são exemplos disso – que foi essencialmente sistematizada sob concepções conservadoras do sujeito, reflexo da influência

trazida pela Psicologia da Aprendizagem e pela Psicologia do Desenvolvimento. Baseadas em descrições normativas e uma visão darwinista da evolução percebiam a diferença em uma escala hierárquica do desenvolvimento. Sobre essa essência conservadora na educação brasileira Tomaz Tadeu da Silva (1993, p. 4) reflete que:

> Como se sabe, a Pedagogia e a Educação moderna se desenvolveram, em grande parte, sob a égide da Psicologia. Foi essa que forneceu àqueles que planejaram e desenvolveram os sistemas escolares de massa deste século o instrumento de justificação científica e de gerenciamento do comportamento humano exigido por seus propósitos de regulação e controle (...) uma conexão entre um projeto de contenção e de governo de massas e um projeto psicológico de transformação da produção do indivíduo.

Essa abordagem psicologizante deixou resquícios conservadores nas escolas brasileiras da atualidade e marcam severamente a vida de estudantes travestis, bissexuais, trangêneros, homossexuais, bissexuais, entre outros. O desenvolvimento da luta feminista e LGBT, acentuado depois da década de 1970, não caminhou a passos largos, isso porque ainda existem muitos espaços para serem conquistados na educação. Um exemplo disso é a ausência de referências especificas sobre perspectivas que fujam do binarismo heterossexual-homossexual e/ou homem-mulher ou que trate do combate a homofobia/transfobia nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Tema Transversal Orientação Sexual. Essa situação resulta do contexto em que esse documento foi criado. Esse PCN que nasceu em meio a campanhas de combate a AIDS – por muito tempo chamada de "Câncer gay" - restringiu suas abordagens a uma concepção mais biologizante e de saúde, como a prevenção do HIV e da gravidez indesejada na adolescência.

A dificuldade de repensar um currículo conservador ao lado da construção de uma ordem estabelecida para restringir a sexualidade e a identidade a um sistema binário ligado a uma suposta norma heterossexual, que tem a escola como um importante mecanismo de reprodução, resulta em marcas profundas na vida daquelas/es estudantes que rompem com essa "ordem".

Em razão disso, esses/as estudantes são durante a sua formação escolar frequentemente vítimas de xingamentos, piadas e agressões o que na maioria das vezes causa marcas profundas na vida desses/as jovens. Muitas vezes essas discriminações são silenciadas sob a caracterização de "brincadeiras" obtendo a cumplicidade de professoras/res, gestão e demais estudantes.

Dentro dessas "brincadeiras" praticadas pela comunidade escolar estão atitudes como dar apelidos aos colegas homossexuais, lésbicas, transexuais ou que apresentem outras

diversidades sexuais e de gênero, insistir em chamar estudantes travestis e trangêneros pelo nome de registro, ao invés do nome social escolhido por eles/as, invasão de privacidade ao questionar a sexualidade dos estudantes, quando muitas vezes eles/as ainda estão descobrindo-se, exclusão pelos/as colegas das atividades em grupo, agressões físicas, humilhações em público, o afastamento de colegas por medo dos que as outras pessoas irão pensar.

De forma silenciosa, naturalizada e/ou ignorada meninos, jovens não binários de gênero, meninas, homossexuais, travestis, lésbicas, trangêneros, bissexuais, afeminados, meninas com expressão de gênero masculina, entre outros indivíduos estão sendo expulsos da escola pelas práticas que discriminam o diverso. As/os estudantes brasileiros que apresentam orientação sexual e identidade de gênero diferente da norma reproduzida pela escola estão em sua maioria propensos a depressão, pensamentos suicida, agressões e mortes por expressarem suas identidades.

A prostituição, o envolvimento com o tráfico e o consumo de drogas, os empregos com baixo prestigio social são os caminhos traçados pela grande maioria desses/as jovens que abandonam a escola por não sentirem-se parte dela.

UM PANORAMA SOBRE O DEBATE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA PERNAMBUCANA

Por conta dos estudos sobre sexualidade estarem ligados historicamente a dados biológicos para a criação de normas sociais pautadas - entre outros aspectos - na binaridade, as pluralidades de vivencias sexuais e de gênero foram relegadas à marginalidade. A escola foi reservada para “os corpos que importam” à norma, enquanto que, por outro lado assume o papel de fazer “voltar” a ordem corpos que desviaram em algum momento da sua vida e por variados motivos.

Juntamente com os conteúdos que versam sobre operações matemáticas, fatos históricos e fenômenos da natureza, a escola em seu cotidiano revela práticas que percebem os corpos homossexuais, transgêneros, bissexuais, lésbicos, travestis, entre outros, como

ameaçadores e perigosos a conduta ética e moral dos sujeitos. Ao invés de lugar de liberdade, para esses indivíduos a escola têm se mostrado espaço de opressão, silenciamento e violência.

Diante desse panorama sentimos a necessidade de investigar, mesmo que em um contexto micro, como os/as adolescentes vivenciam o aprendizado dessas questões dentro das escolas de Pernambuco e além disso, como os indivíduos que não seguem as normas construídas são percebidos. Para esse proposito a pesquisa adquiriu um caráter exploratório, na medida em que o objetivo principal foi o mapeamento das formas como esses assuntos são tratados na escola, através de uma pequena amostra que permitirá conhecer melhor da área estudada.

Essa etapa do trabalho foi desenvolvida com estudantes de três turmas do terceiro ano do ensino médio, com idades entre 16 e 21 anos, numa totalidade de 103 questionários respondidos.

A primeira questão versava sobre o entendimento das diferenças existentes entre os conceitos de sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero. O gráfico com as respostas mostrou que:

GRÁFICO 1- Noções dos estudantes sobre os conceitos orientação sexual, sexo biológico e identidade de gênero



Fonte: FREITAS, Lilian [1]

A grande maioria (78,6%) dos/as estudantes responderam que conhecem parcialmente a diferença entre esses conceitos, enquanto 14,3% disseram conhecer completamente e 7,1%

[1] Os gráficos foram criados através da ferramenta de Formulários do Google

não sabem a diferença. Esses dados refletem para nosso mapeamento que as/os adolescentes entrevistados, em maior ou menor medida estão sim em contato com os temas. Cabe como próximo passo investigar, onde elas/es obtém essas informações. Para esse proposito foi estruturada a segunda questão.

Na pergunta de número dois indagamos em quais espaços de vivencia social os/as adolescentes tiveram ou têm contato com o debate sobre as temáticas de orientação sexual e de identidade de gênero. A formulação dessa questão se deu, principalmente, pela inquietação em saber quais os principais meios pelos quais os/as estudantes conhecem os temas e qual a posição da escola – nosso objeto de estudo – dentro da gama de outros recursos do saber que os/as adolescentes têm a sua disposição

GRÁFICO 2 - Lugares de discussão das temáticas sobre Identidade de Gênero e Orientação Sexual



Fonte: FREITAS, Lilian

A alternativa “Através das mídias sociais (Youtube, Facebook, Instagram, Televisão, etc)” foi escolhida por 82,5% dos/as estudantes entrevistados/as, deixando a escola como segunda alternativa (79,6%), seguida pela presença dos amigos (38,8%) para a troca dessas informações. Esses dados refletem que a escola disputa espaço de conhecimento dessa temática com outras formas de obtenção de informações. A primeira colocação para as mídias sociais demonstra que a escola não debate as questões de forma frequente, diária e transversal.

Atentando ao papel da escola como a segunda maior fonte de obtenção de informações

sobre as diversas identidades de gênero e orientações sexuais, a partir da terceira questão buscamos adentrar mais pontualmente nesse espaço.

Dessa forma, foi perguntado sobre em quais disciplinas os/as estudantes entrevistados/as tiveram contato com as temáticas base do questionário. A relevância dessa pergunta encontra-se na necessidade que o nosso estudo teve em mapear se as componentes curriculares do ensino médio pernambucano discutem sobre as diversidades sexuais e de gênero.

GRÁFICO 3 – Disciplinas em que os temas Orientação Sexual e Identidade de Gênero são discutidos na escola



Fonte: FREITAS, Lilian

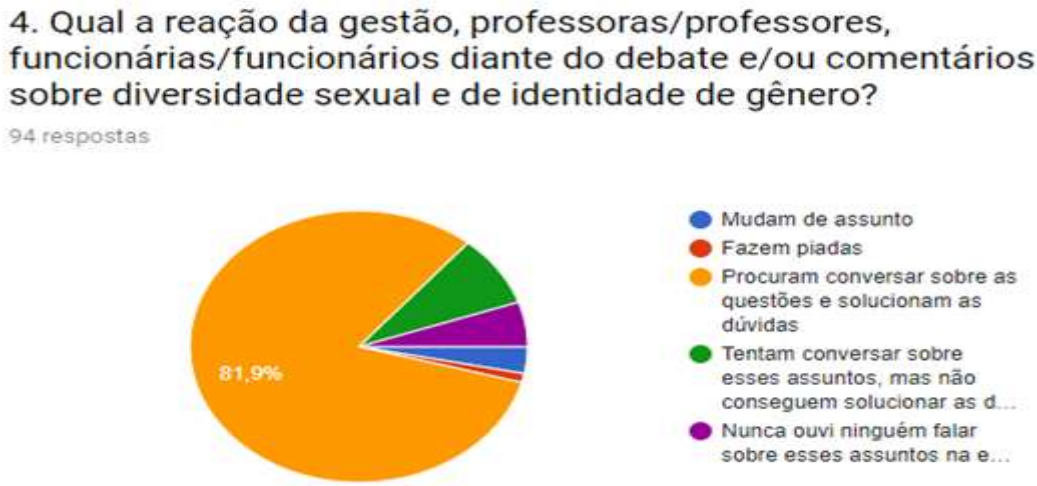
No mapeamento obtido através da questão três fica evidente que o espaço ocupado pelo debate está dentro das ciências humanas. Sociologia (56,9%), Direitos Humanos (46,1%) e História (39,2%) são as disciplinas mais citadas nessas respostas, seguidas pela biologia (21,6%). Isso reflete o deslocamento do debate das ciências biológicas – presente majoritariamente até a década de 1990 - para as ciências humanas, fato que provavelmente advém da crescente dos estudos sobre a história da sexualidade e de perspectivas relacionadas a construção social.

Porém essa questão traz um fato bastante interessante: em 102 respostas, nenhum/ma estudante citou disciplinas da área de exatas como participantes do processo de aprendizagem sobre orientações sexuais e identidades de gênero. Esse dado mostra, por exemplo, que o PCN- Orientação Sexual não está sendo referência para o tratamento do tema de maneira

transversal. Os corpos homossexuais, travestis, bissexuais, lésbicos, trangêneros aparentemente não importam para as aulas de química (0,0%) e/ou física (0,0%).

A pergunta quatro foi desenvolvida com o objetivo de diagnosticar qual a reação da comunidade escolar quando se deparam com o debate das temáticas dentro da escola. A intenção foi mapear como reagem professores/as, gestores/as e funcionários/as sobre essa discussão.

GRÁFICO 4 – Ações e práticas dos/as representantes da escola diante de algumas situações que envolve a discussão dos temas identidade de gênero e orientação sexual



Fonte: FREITAS, Lilian

A grande maioria das/os adolescentes responderam que diante do debate e/ou comentários sobre diversidade sexual e de identidade de gênero dentro da escola a gestão, professores/as e funcionários/as procuram conversar sobre as questões e solucionam as dúvidas (81,9%). Essas respostas foram obtidas mesmo diante da questão que anteriormente colocavam a escola em lugar secundário na obtenção de informação por parte das/os adolescentes. Segundo a maioria das respostas, os/as professores/as, gestão e funcionários/as conseguem solucionar as dúvidas referentes as temáticas de gênero e sexualidade, mesmo que na questão três esteja claro que majoritariamente as disciplinas de ciências humanas debatem o assunto.

A quarta questão mostra um cenário interessante para esse mapeamento: provavelmente a escola debate as questões de gêneros e orientações sexuais de forma pontual, ou seja, apenas quando esses assuntos são levantados em situações especificas, não sendo pauta de uma dinâmica pedagogia e interdisciplinar.

Diante disso, essa questão faz refletir que esses assuntos só são debatidos quando existe uma necessidade eminente de manter a norma. Num processo de reafirmação e reprodução da ordem onde existem, segundo Louro (2004, p.82):

> Investimentos produzidos a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais: postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos, com o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades.

A questão de número cinco procurou diagnosticar como as/os adolescentes se relacionam dentro da escola com os/as amigos/as que possuem orientação sexual e identidades de gênero diversas. Esta indagação foi estruturada para que além de mapearmos esse aspecto, as/os estudantes pudessem refletir sobre suas práticas.

GRÁFICO 5 – Ações e Práticas dos/as adolescentes diante das diferenças sexuais e de gênero



Fonte: FREITAS, Lilian

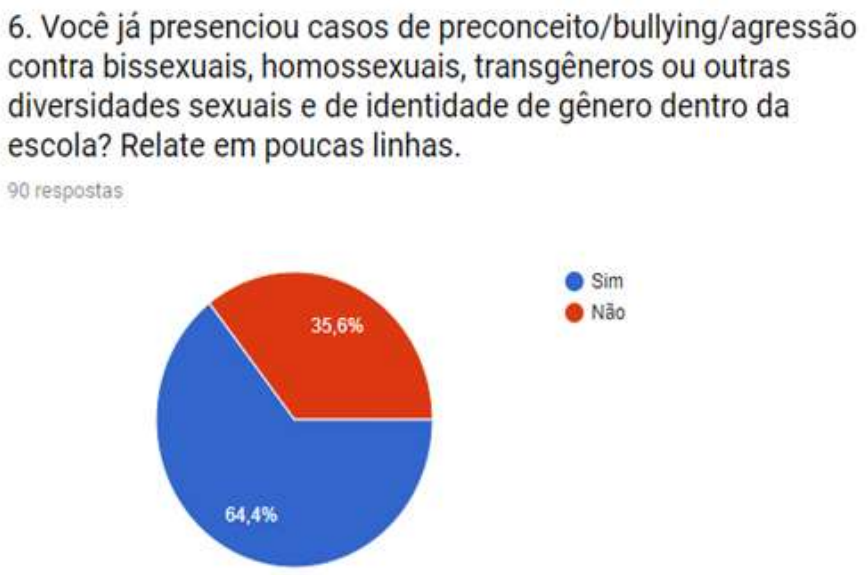
Como resultado obtido no mapeamento, 90,4% das/os estudantes responderam que tratam seus/suas amigos/as com respeito independente das questões referentes a diferenças sexuais ou de gênero, seguidos com uma ampla distancia daqueles/as que responderam que tratam os/as colegas de acordo com o jeito que elas se comportam (6,4%).

Essa foi a única pergunta em que os/as estudantes puderam marcar a alternativa que melhor expressava a forma como eles/as se enxergam diante das vivencias sexuais e de gênero diversa. Eles/as em sua grande maioria se percebem como indivíduos respeitosos para com os/as colegas de escola em relação a essas temáticas. Vale também pontuar que a

segunda colocação está ocupada por estudantes que tratam travestis, homossexuais, bissexuais, trangêneros, lésbicas de acordo com o jeito que eles/as se comportam.

Na questão seis os/as estudantes tiveram a oportunidade de relatar casos de preconceito/bullying/agressão presenciados por eles/as dentro do ambiente escolar por onde passaram. Os objetivos dessa questão foram mapear se existem de fato casos de discriminação às diversidades sexuais e de gêneros dentro da escola e quais são as suas formas de atuação.

GRÁFICO 6 – Indicadores dos Relatos de Violência



Fonte: FREITAS, Lilian

Após perguntas que mapearam o entendimento dos/as adolescentes obre os temas, após responderem que a comunidade escolar, em sua maioria, conversa sobre as questões, e depois de se auto perceberem como respeitosos com as diferenças sexuais e de gênero foi na questão seis que os estudantes puderam falar de forma aberta se e o que presenciaram em relação a casos de discriminação. As respostas denunciam ambientes escolares que majoritariamente abrigam práticas violentas. 64,4 % dos/as estudantes responderam que já haviam presenciado situações de violência contra bissexuais, homossexuais, travestis, lésbicas, transgênicos e as diversas formas de viver a sexualidade e os gêneros. Uma parte das respostas obtidas davam conta de relatos em que os/as próprios/as estudantess que estavam dissertando foram vítimas. Cabe ressaltar também que alguns/mas estudantes respondiam que não presenciaram agressões, porque as consideravam como brincadeiras.

As narrativas trazem um extenso universo de violência que se entrelaçam e confundem-se. Foram relatadas situações especificas, genéricas, corriqueiras. Para o mapeamento do estudo é interessante nesse momento classificar os tipos de violência informados e de que forma elas se apresentaram.

Pelos dados obtidos a violência predominante é a verbal, apresentada na forma de piadas, insultos, comentários, xingamentos, humilhações e o uso de palavras que estigmatizam. São exemplos:

> "Sim, uma vez uma menina da minha sala me chamou de sapatão, na frente de todo mundo e o pessoal começou a ri de mim. Isso foi muito ruim (**sic**)" (17 anos)
>
> "Sim, não fisicamente, mas verbalmente já presenciei com xingamentos do tipo (frango, homem deve gostar de mulher. Palavras muito forte que acabam machucando alguns colegas da escola (**sic**)" (18 anos)

Em grande parte dos relatos de violência verbal vemos a naturalização da violência contra orientações sexuais e gêneros que não seguem a norma reafirmada pela cultura escolar. A segunda maior forma de violência narrada pelos/as adolescentes foi a violência física. Os principais mecanismos utilizados por quem ataca são socos e agressões físicas de forma **genérica. São exemplos:**

> "Sim, quando estava no fundamental presenciei, garotos, dando socos em um gay e xingando bastante ele pelo jeito que ele era (**sic**)" (idade não revelada)
>
> "Assim na sala tem um menino que não é homossexual mais as pessoas o abusa disso e é ruim porque saio da escola e o deixo muito triste ele até apanho por isso(**sic**)" (18 anos)
>
> "Uma vez o menino derramou uma sopá quente na cara do menino só porque ele era gay (**sic**)" (18 anos)
>
> "Sim, meninos de turmas inferiores se juntaram para bater no meu colega de classe. Mas eu e outros colegas de classe não deixamos isso acontecer (17 anos)
>
> "Anos atrás na minha antiga escola uma garota foi agredida por ser homossexual (só que ela lutava super bem e no final das contas o menino que apanhou. (**sic**)" (16 anos)

Diante das respostas obtidas fica claro que a escola é sim um espaço inseguro para bissexuais, travestis, homossexuais, lésbicas, transgêneros e demais orientações sexuais e gêneros. No mapeamento foi possível detectar a ocorrência de relatos em que os/as funcionários/as da escola adotaram o papel de agressores. Por exemplo:

> "Já presenciei atitudes preconceituosas contra amigos, partindo de funcionários da escola (**sic**)." (19 anos)
>
> "Sim!! Na maioria das vezes os próprios funcionários cometem tais coisas, algumas vezes de forma sutil, outras nem tanto." (17 anos)

Essas respostas revelam questões que podem ser analisadas sob vários aspectos. Nelas vemos o papel da escola de reafirmar a norma socialmente construída para as sexualidades e os gêneros. Através dos/as seus/suas funcionários/as o estado e a escola violentam a dignidade e o direito de estudantes viverem suas experiências sexuais e de gênero dentro da escola.

O último bloco de respostas mapeadas foram aquelas em que a família foi até a escola para junto a instituição educacional fazer valer a "ordem". São exemplos:

> "Já quando o pai de uma amiga se recusou a aceitar seu namoro com uma menina (**sic**)" (17 anos)
>
> "Sim, mas foi um pai de uma aluna que descobriu e veio na escola." (17 anos)
>
> "Sim. O pai de uma das garotas veio na escola tentar tirar ela da mesma e ainda tratou a filha com palavras agressivas (**sic**)." (17 anos)

Diante dessas respostas é possível analisar o quanto as/os adolescentes que possuem orientações sexuais e gêneros desviantes da norma socialmente construída sob aspectos biologizantes sofrem com as instituições normatizadoras, como nesse caso o estado, a escola e a família. A norma está tão arraigada culturalmente, que a saúde física e mental de cidadãs/ãos, estudantes e filhos/as não importam pra ela e para os/as seus/suas reprodutores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse mapeamento demonstrou aspectos bastante pertinentes para o estudo das diversas orientações sexuais e de identidades de gênero dentro da escola. De modo geral, as perguntas de múltipla escolha revelaram que os/as estudantes tem sim contato com as temáticas, mas não é prioritariamente na escola que esse contato acontece. Na escola, esses assuntos são mais debatidos em disciplinas das ciências humanas e ignorados pelas ciências exatas. Nesse caso, as ciências biológicas perderam seu posto de principal articuladora das discussões sobre sexualidade na escola.

Para os/as adolescentes os/as professores/as, gestores/as e funcionários/as conseguem solucionar as dúvidas que surgem diante de comentários sobre as diversidades sexuais e de gênero. Além disso, os/as estudantes responderam que respeitam os/as seus colegas que apresentam vivencias sexuais e de gênero diferente da sua. Contudo, no momento reservado para narrativas de casos de violência, os/as estudantes revelam uma vida escolar marcada hegemonicamente pela violência para com seus/suas estudantes trangêneros, homossexuais, bissexuais, travestis, lésbicas.

Como o mapeamento pode mostrar que os/as professores/as, gestores/ras e funcionários/as solucionam as dúvidas referentes as diversidades sexuais e de gêneros e ao mesmo tempo apresentar relatos de tamanha violência? Como as dúvidas são solucionadas se os relatos de violência demonstram tanta falta de conhecimento com relação aos temas?

Possivelmente as dúvidas são “solucionadas” de forma pontual, para que os temas logo sejam esquecidos e as diversidades sexuais e de gêneros não sejam pauta constante

dentro da escola. Porém os temas já estão, sim, presentes na escola a todo momento, mas de maneira pejorativa, agressiva, violenta e encoberta. Assim, com o intuito de que a escola se torne um lugar saudável para todas/os as/os suas/seus estudantes é necessário que essas temáticas sejam debatidas de maneira constante, pedagógica e transversal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade. Universidade do Rio Grande do Norte. 2008 Disponível em: http://www.cnslpb.com.br/arquivosdoc/MATPROF.pdf

DINIS, N.F. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. Educ. Soc, Campinas, v, 29, n 103, p. 477-492, maio/agosto. 2008

LARROSA, J. Tecnologias do Eu e educação. In: SILVA, T.T. (Org.). O sujeito da educação: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994.

LOURO. Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

PINTO, Célia Regina Jardim. Uma História do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.

SILVA, T.T. Desconstruindo o construtivismo pedagógico. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 3-10, jul./dez. 1993